



Declaração de Aceitação

Avenida Rocha Paris, nº 92, 4900-494, Viana do Castelo
Tel. 258 831 806

ANEXO I

Declaração: alínea a) do n.º1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro

1 – Sandrina Dias Parente, titular do cartão de cidadão n.º 10553068 9ZZ0, emitido, pelo arquivo de Viana do Castelo residente em Rua do Lateiro, freguesia de Serreleis, na qualidade de representante legal da Firma ESPAÇO GENIAL PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA S.A. titular do n.º de identificação fiscal n.º 509 153 976, com sede em Rua José Maria Pereira de Castro n.º 757 Ribeira, freguesia de Serreleis, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “ **CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO AO AR LIVRE NO TOURAL**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reserva, todas as suas cláusulas. -----

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documento, que junta em anexo: -----

- a) Anexo I; -----
- b) Constantes nos números 1 e 2 do artigo 10º do convite - circular; -----
- c) Procuração; -----

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável. -----

4 – Mais declara sob compromisso de honra, que: -----

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem os respectivos processos pendentes; -----
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ou os titulares dos seu órgão sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional); -----
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou os titulares dos seus órgão sociais de administração, direcção ou

- gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional); -----
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal), -----
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); -----
- f) Tenham sido objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21º do Decreto-lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71º da lei n.º 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º1 do artigo 460º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; -----
- g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do Trabalho; -----
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização do seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que impunham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); ---
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguinte crimes: -----
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Concelho de 26 de Maio de 1997 e do n.º1 do artigo 3º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Concelho; -----
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias; -----

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais; -----

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.-----

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação de direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para os efeitos de procedimento criminal. -----

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do n.º4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para os efeitos de procedimento criminal. -----

Viana do Castelo, 23/07/2015.